Editorial

General
José Luiz Pinto Ramalho

Os acontecimentos de Paris demonstraram, mais uma vez, pela extensão do número de vítimas e pela forma como múltiplas ações foram desencadeadas, que o fenómeno do terrorismo é uma realidade da conflitualidade atual, que pode ocorrer em qualquer momento e em qualquer lugar; esta é uma afirmação que nada tem de novo, mas sempre que esta situação ocorre surgem afirmações acerca de algo que é necessário fazer-se, porque se não tem vindo a fazer e, neste caso, o Presidente Hollande veio referir que tinha de aumentar os gastos com a Segurança, concretamente, "mais cinco mil elementos para as Forças de Segurança, estabilizar os efectivos das Forças Armadas até 2019 e reforçar o orçamento de defesa em mais algumas centenas de milhões de Euros".

Seria errado focarmo-nos apenas no dramatismo, consequências e tipologia das ações ocorridas em Paris, sem termos em conta que, no espaço de pouco mais e uma semana, aconteceram os atentados no Líbano no seio do Hezbollah, a explosão que provocou a queda do avião civil russo A-321, no Egipto/Sinai, as ações suicidas no mercado na Nigéria, e, mais recentemente, o ataque com tomada de reféns, num Hotel no Mali; todas estas ações constituem uma extensão da conflitualidade expressa na "guerra assimétrica", conduzida pelo DAESH, como aliás o próprio afirmou, assumindo a responsabilidade das mesmas e alargando a ameaça de novas ações a outros países.

Na sequência dos acontecimentos, a França considerou estar em guerra contra o Terrorismo, identificou o DAESH, como seu principal inimigo e desencadeou uma série de bombardeamentos aéreos na Síria sobre alvos identificados como pertencentes ao auto denominado "estado islâmico"; em simultâneo, invocou o Artº 42 – 7 do Tratado de Lisboa, a cláusula de solidariedade europeia em matéria de defesa. Contudo, embora a reação europeia tenha sido uma resposta positiva por unanimidade, remeteu o apoio concreto para uma negociação bilateral, ou seja, no melhor estilo europeu, "uma afirmação política mediática" e um diferimento das decisões substantivas para a penumbra da discussão silenciosa das decisões concretas.

Identificados os autores materiais das recentes ações em Paris, como sendo cidadãos

franceses, torna-se evidente que houve da parte dos mesmos uma evolução comportamental e ideológica, que começa numa radicalização contra a sua sociedade nacional, cujas razões permitem uma larga especulação, mas fazem admitir com real uma desinserção continuada ou abrupta das comunidades onde vivem, fruto de ambientes não inclusivos ou de rejeição, de ausência de perspetivas de realização, de sentimentos de ressentimento e de outros que, em termos ideológicos, os torna receptivos ao apelo da "Jihad", onde encontram uma afirmação e um reconhecimento pessoal, num contexto grupal, um sentimento de pertença e uma causa. É incontornável que, perante os acontecimentos verificados e sua dimensão e impacto junto da opinião pública francesa, a primeira resposta seja de natureza militar, inclusive por razões internas; mas a montante, a avaliação das raízes do fenómeno e as suas respostas, têm de ser políticas e ideológicas.

Estamos perante uma conflitualidade, desenvolvida num ambiente beligerante avançado, com carácter urbano, privilegiando a assimetria, mas tirando partido da tecnologia disponível, dos sistemas de informação e do papel dos "media" e do impacto da informação em tempo real, capaz de inibir os espíritos, a liberdade de acção política e a vontade de combater. Na Arte da Guerra, de Sun-Tzu, afirmava-se que era necessário "matar um para intimidar cem", na atualidade, a violência das ações terroristas visam provocar grandes destruições e elevado número de baixas, potenciando aquela afirmação para "matar cem para intimidar um milhão", intenção que importa combater, evitando prolongar as situações de contenção da vida normal das populações, por força da ação policial e militar, como as vividas, nos dias seguintes ao atentado, em Paris e em Bruxelas.

É para esta problemática que a Europa e os europeus se têm de consciencializar, vencendo, sim, o medo, mas evidenciando também uma capacidade material no domínio da defesa militar e da segurança interna, que seja credível e, mais importante que tudo, a determinação e a vontade política para a usar na defesa dos seus valores e apoiada numa opinião pública informada, esclarecida e com vontade de defesa.